PROJETO DE LEI Nº 5.558, DE 2019

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a formação de condutores e instrutores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 147 e 155 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro 1997, para dispor sobre a atuação dos instrutores de trânsito não pertencentes a entidade credenciada e para permitir que os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito ministrem os cursos de formação de condutores e instrutores, bem como realizem os exames exigidos para a concessão e renovação da habilitação, para os agentes públicos do seu quadro de pessoal e dos demais órgãos do referido Sistema.

Art. 2° O art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

"Art.	147	 	 	

§ 8º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito poderão ministrar os cursos de formação de condutores e instrutores previstos nesta Lei, bem como realizar os exames previstos neste artigo, exclusivamente para os agentes públicos do seu quadro de pessoal e dos demais órgãos do referido Sistema, na forma de regulamentação do Contran." (NR)

Art. 3° O art. 155 da Lei n° 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2°, renumerando-se o parágrafo único para § 1°:





"Art.	55
§1° .	
•	

§ 2º O instrutor previsto no **caput**, mesmo que não vinculado a entidade credenciada, poderá atuar independentemente da existência de Centro de Formação de Condutores no mesmo Município e atender quantidade ilimitada de candidatos, na forma de regulamentação do Contran." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO Presidente



